

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da
tomada de posse do Diretor-geral da Polícia Judiciária Militar**

Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 27 de outubro de 2019

A tomada de posse do Sr. Comodoro Paulo Isabel, como Diretor-geral da Polícia Judiciária Militar, após mais um procedimento concursal da CRESAP, representa um passo importante no sentido da consolidação e da normal estabilidade institucional desta importante instituição do Ministério da Defesa Nacional.

Desde que assumiu a liderança, em regime de substituição, da Polícia Judiciária Militar, o Comodoro Paulo Isabel, foi confrontado com a incontornável tarefa de revisão e adaptação de procedimentos, garantindo assim todos os mecanismos de controlo e supervisão necessários às estruturas de serviço público. Essas foram as prioridades identificadas no início do seu anterior mandato, e as expetativas foram devidamente cumpridas.

Foram dados passos sólidos e está a ser percorrido um caminho importante de respeito permanente pelo dever de cooperação

institucional, que é, aliás, a prática que tem marcado a Polícia Judiciária Militar ao longo da sua existência.

É imprescindível dizer neste momento, que se de facto houve, como parece ter havido, em determinado momento, um desvio em relação ao correto comportamento institucional da PJM, esse desvio deve-se não à arquitetura do sistema de justiça militar, não ao compromisso de dezenas de funcionários, militares e civis, que todos os dias dão do seu melhor para o cumprimento da missão da PJM, mas antes, simplesmente, a erros de liderança que apenas responsabilizam quem os tenha praticado.

Tive já a oportunidade de assinalar publicamente o compromisso que o Ministério da Defesa Nacional mantém com a plena e devida recuperação da imagem pública da Polícia Judiciária Militar e a nomeação do Comodoro Paulo Isabel deve ser vista nessa

perspetiva. Nomeadamente, sublinhando a garantia, que a Polícia Judiciária Militar oferece, de que ninguém na Defesa Nacional está acima da lei e que os devidos procedimentos serão cumpridos no âmbito do código de justiça militar. É essa garantia que faz da PJM uma instituição estruturante do nosso Estado de Direito.

O trabalho diário de imenso valor, dedicação e cuidado que os inspetores desta polícia militar fazem, são o espelho fiel da qualidade do seu trabalho e da sua importância para o bom funcionamento da Defesa Nacional. É com base nesse registo, fracamente positivo, que deve ser construído o futuro desta instituição.

Minhas senhoras e meus senhores,

Temos procurado reforçar as estruturas do Ministério da Defesa Nacional com a abertura de procedimentos concursais que atraíam os melhores, os mais competentes, e que criem estabilidade nos vínculos à administração pública. É, por isso, com satisfação que presido a esta tomada de posse onde se confirma e renova a confiança depositada no Comodoro Paulo Isabel.

Neste que é ainda um jovem ministério, e num contexto atual de grande exigência dos cidadãos face à Administração Pública, perscrutando-a e exigindo uma constante prestação de contas, merecem o nosso total apoio todos os esforços que contribuam para a melhoria de procedimentos e para o reforço da relação de confiança entre a administração pública e a instituição militar.

Os desafios que se nos colocam são da maior exigência. Reforçar os mecanismos de cooperação institucional com as autoridades

criminais e judiciais civis é essencial para o trabalho da Polícia Judiciária Militar e para a garantia de cumprimento do ordenamento jurídico nacional.

Por outro lado, será necessário continuar a apostar na renovação e atualização dos meios humanos e tecnológicos à disposição da Polícia Judiciária Militar. A qualificação constante dos seus quadros de pessoal deve merecer-nos a nossa melhor atenção, garantindo competência e capacidade.

Estou, portanto, confiante de que sob a liderança do Comodoro Paulo Isabel, poderemos contar com uma Polícia Judiciária Militar renovada e dinâmica, capaz de ser um pilar fundamental de apoio da ordem judicial e criminal do nosso país.

Desejo-lhe as maiores felicidades nas funções que continuará a desempenhar, contando com a dedicação plena da sua equipa. Da minha parte, quero manifestar-lhe todo o apoio da tutela nesta nova fase, tal como no passado.

Muito obrigado.